

O processo de seleção dos livros didáticos de Matemática no Ensino Fundamental público: desafios para a gestão pedagógica das escolas municipais de Macapá

Élida Viana de Sousa¹, Erasmo Senger² e Romualdo Tavares de Oliveira³

1 Professora do Quadro de Pessoal do Governo do Estado do Amapá. E-mail: elidavianas@yahoo.com.br

2 Profº Dr. do curso de Licenciatura Plena em Matemática da Universidade Federal do Amapá. E-mail: erasmosenger@yahoo.com.br

3 Profº Especialista do Centro de Educação Superior e Profissionalizante do Amapá (CESPAP). E-mail: romualdot2000@yahoo.com.br

RESUMO: Apesar de o livro ainda ser um elemento presente nas salas de aula das escolas, muitos educadores do país têm grande dificuldade em escolher o material didático que muitas vezes é o único recurso pedagógico disponível no ensino público (BATISTA, 2003). Também é importante notar que a Matemática como componente curricular continua a liderar o índice de retenção nas escolas públicas brasileiras e esta situação não é diferente no estado do Amapá. No entanto, vários estudos têm mostrado a importância que o livro continua a ter. (LAJOLO, 1996). Este trabalho investigou o processo de escolha do livro didático de Matemática nas escolas de ensino fundamental II da cidade de Macapá. O estudo incluiu a participação de 12 professores de Matemática de 06 escolas na cidade de Macapá, que trabalhavam na escola no momento da escolha dos livros didáticos. Aplicou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas com cada um dos participantes e posteriormente, os dados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa. Os resultados indicam a necessidade de alterar o tamanho do lugar de livros didáticos na prática docente e à necessidade de criar espaços de reflexão para o professor de Matemática sobre o processo de escolha do livro de Matemática.

Palavras-Chave: Livro didático, PNLD, Livro de Matemática.

ABSTRACT: Even though the book is an artifact which still makes its presence known in school classrooms, many educators still have a certain amount of difficulty choosing this type of teaching material adequately; very often the book is the only teaching resource available in the public space of teaching (Batista, 2003). Worthy of note is the fact that Mathematics is still the leading subject which causes difficulty for students in Brazil's state schools, and the situation in the state of Amapá is the same. At the same time, a variety of studies have demonstrated the importance that the book still has (Lajolo, 1996). This article investigated the process of choosing mathematics books in level II primary schools in the city of Macapá (Amapá). The study included the participation of 12 mathematics teachers from 6 schools in this city within the period that mathematics books were being

chosen. A questionnaire with open and closed questions was applied to each participant, and later on the data were considered quantitatively and qualitatively. The results indicate the necessity for altering the importance of teaching books in their use and the necessity for creating spaces for reflection in favor of the mathematics teacher who chooses a mathematics book.

Keywords: Teaching book, PNLD, mathematics book.

1 Introdução

Este trabalho tem como questão central o processo de escolha do livro didático de Matemática para o ano letivo de 2010 realizado pelas escolas públicas de Ensino fundamental II do Estado do Amapá na cidade de Macapá.

O desejo de investigar como ocorre o processo de escolha de livros didáticos nas escolas públicas da rede estadual de ensino do Amapá surgiu quando da nossa atuação, na Escola, como o projeto multiplicando o futuro, onde buscávamos despertar o interesse dos alunos da 5ª série pela Matemática e melhorar o desempenho dos alunos na disciplina. Visto que o maior índice de reprovação era neste componente curricular. Nesse momento, estivemos bem próximos da coordenação pedagógica e dos docentes da escola.

Então, durante o período de atuação em uma das escolas da rede municipal ocorreu o processo de escolha do livro didático para o ano letivo de 2010. Naquela ocasião, começou-se a perceber o assédio das editoras junto à direção da escola e aos professores, onde prometiam a aquisição gratuita de coleções para as bibliotecas da mencionada escola e para os professores.

De outro lado, os professores demonstravam mais interesse em folhear os livros enviados pelas

editoras, justificando que com o livro podiam manusear e verificar a qualidade do mesmo pessoalmente. Percebeu-se que não houve um único momento em que a escola parasse para levar em consideração os pareceres contidos no Guia de Livros Didáticos do ano de 2008. Os critérios de escolha, na maioria das vezes, por parte dos professores, eram a qualidade gráfica da obra e as ilustrações, bem como a disposição dos conteúdos de cada obra enviada pelas editoras. Os coordenadores pedagógicos estavam mais preocupados com questões burocráticas, como o cumprimento do prazo de envio do formulário contendo as escolhas da escola. Na mesma direção, os gestores escolares lançavam mão do Processo de escolha do livro didático como moeda de troca para melhorar o acervo da biblioteca escolar.

É importante frisar que o livro escolhido só poderá ser substituído por outro título no próximo Programa Nacional do Livro didático – PNLD, ou seja, três anos após a escolha ter sido realizada. Portanto, escolhas puramente individuais e irrefletidas, podem dificultar e até impedir o trabalho da equipe. Outro ponto alertado pelo Ministério da Educação é o fato de se escolher apenas coleções de uma mesma editora. Essa atitude poderá ocasionar a impossibilidade de aquisição da obra escolhida, caso haja

qualquer obstáculo na negociação entre o governo federal e as editoras.

E ao contrário de instrumentos mais sofisticados como o vídeo, por exemplo, o livro é o domínio por excelência da escrita e da oralidade (ROJO, 2000). Por isso mesmo, é por meio dele que temos acesso privilegiado à cultura letrada. E como é de conhecimento de todos que atuam no processo de ensino-aprendizagem, até mesmo por suas histórias pessoais, ler e escrever são competências básicas, tanto para a conquista gradual da autonomia nos estudos, quanto para o sucesso escolar. Talvez por simbolizar todas essas promessas, o livro exerça um grande fascínio sobre o aprendiz.

Foi percebendo a importância do processo de escolha do livro didático para o bom desenvolvimento do trabalho pedagógico que nasceu este trabalho. Assim, como contribuição, pretende-se levar os atores sociais que estão envolvidos com o processo de escolha dos livros didáticos das escolas públicas a uma reflexão acerca desse processo.

Para tanto, participaram deste trabalho 02 (dois) professores da disciplina de Matemática de cada uma das 06 (seis) escolas da rede municipal de ensino da cidade de Macapá selecionadas para fazer parte da pesquisa, totalizando a participação de 12 (doze) professores de Matemática. Um critério importante para a participação neste trabalho, é que estes profissionais deveriam fazer parte do quadro funcional de cada uma das unidades escolares no período de escolha do livro didático no ano letivo de 2009. Foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas que

foram tabuladas e analisadas numa abordagem quantitativa-qualitativa.

Assim, na primeira parte deste trabalho procurar-se-á apresentar o conceito de livro didático e sua importância no processo de ensino-aprendizagem, os seus aspectos históricos, políticos e operacionais no Brasil e uma exposição sobre o conceito e a história do PNLD. Na segunda parte, apresenta-se as diretrizes do Ministério da educação para o processo de escolha do livro didático, já na terceira parte deste trabalho, serão apresentadas as discussões teóricas sobre o processo de escolha do livro e sua importância no processo de ensino-aprendizagem. Na última parte, serão apresentados os resultados da pesquisa com os professores de Matemática que responderam os instrumentos propostos na pesquisa.

2 O conceito e importância do livro didático no Brasil: primeiros delineamentos

De imediato, é preciso delimitar o que entendemos por livro didático. Neste trabalho, entende-se por livro didático todo instrumento impresso, intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de lhe melhorar a eficácia. Desse modo, este objeto pode preencher diferentes funções associadas à aprendizagem, incidir em diferentes objetos de aprendizagem e propor diferentes atividades suscetíveis de favorecer essa mesma aprendizagem (GÉRARD; ROEGIERS, 1998).

Isto quer dizer que outros materiais como livros de literatura ou de consulta, dicionários, enciclopédias e etc. não são

considerados, para efeito presente, como livros didáticos. Isto não implica assumir a posição de que esse tipo de livros não seja educativo, ou que o docente não possa usá-lo, ao invés de outros chamados de livro didático. Trata-se aqui apenas de delimitar um campo de estudo e um vocabulário de trabalho.

Depois de compreendermos este conceito, vale salientar que vivemos em uma época de mudanças profundas no processo de ensino-aprendizagem em nossas escolas. Os avanços tecnológicos, de certa forma, têm alterado não só o modo de produção vigente e as relações de trabalho, mas também as metodologias e o saber-fazer, principalmente, dos docentes que atuam nas escolas da rede pública de ensino. No entanto, vários estudos têm apontado a importância que o livro continua tendo, tanto no ensino fundamental, como no ensino médio de escolas públicas e particulares.

Embora, o livro didático ainda seja um elemento que, de uma forma ou de outra, historicamente sempre esteve (e está) presente nas salas de aulas de nossas escolas, ainda há muitos educadores do país que têm apresentado uma grande dificuldade no momento da escolha desse material didático, que muitas vezes é o único recurso disponível nas unidades públicas de ensino do país.

Segundo Romanatto (2007), a situação na sala de aula brasileira permite dizer que nem a palavra do professor e muito menos os modernos meios tecnológicos de comunicação podem substituir o livro didático nas atividades escolares, pois este acumula várias funções, como, por exemplo, a

de ser instrumento de intercâmbio e inter-relação social, permitindo a comunicação no tempo e no espaço, constituindo vasta fonte de informações.

Ainda para este estudioso, a leitura de um livro apresenta inúmeras vantagens sobre outros meios de comunicação, sendo a reflexão a principal delas. Para ele, a leitura torna indispensável um esforço para compreender, o que é altamente disciplinador e educativo. Outra vantagem aponta por Romanatto (2007) é o desenvolvimento da criatividade, porque, segundo ele, o leitor, muitas vezes, enriquece o texto; o que vai além dos fatos narrados. Na verdade, é o momento em que o leitor vai lê as entrelinhas e usar a imaginação.

Para Gérard e Roegiers (1998), colabora na transmissão de conhecimentos científicos, permitindo o estabelecimento de uma ligação com a vida cotidiana do aluno, desenvolve capacidades e competências, ou seja, é um instrumento que vai possibilitar ao educando a atualização de um saber-fazer ou de um saber-ser que permite a realização de desempenhos. Para eles, o livro didático também vai permitir ao aluno apreender uma situação e dar-lhe resposta de maneira mais ou menos pertinente. Este objeto do conhecimento, ainda segundo eles, permite a consolidação e a integração das aquisições de um determinado saber-fazer ou saber. Além dessas capacidades cognitivas, apontadas por eles, o livro didático viabiliza a educação social e cultural. Em outras palavras, diz respeito a todos os saberes ligados ao comportamento, às relações com o outro, à vida na sociedade em

geral. Assim. Para esses autores, este objeto vai permitir ao aluno encontrar o seu lugar no quadro social, familiar, cultural e nacional em que está inserido.

Para Oliveira (1984) o livro didático tem uma grande importância, porque, enquanto instrumento educacional, permite a passagem da cultural oral à cultura escrita.

Diante dos vários estudos sobre o programa, as formas de utilização e escolha do livro didático, que hoje a preocupação com este material didático passou a ser enorme devido o montante de verba pública empregada na aquisição dos volumes escolhidos pelos professores. O Ministério da Educação tem mostrado plena consciência das consequências que um livro com problemas conceituais e distorções sociais pode trazer para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes das escolas públicas brasileiras. Assim, tem empregado todos os esforços para que este processo da escolha do livro didático possa se realizar da forma mais consciente e crítica possível pelos professores (MEC, 2003).

Muito embora, o livro didático não seja o único material que os professores vão valer-se no processo de ensino-aprendizagem, percebe-se que ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares. Como já foi dito, anteriormente, em muitos lugares, ele tem sido a única ferramenta pedagógica presente na prática de muitos professores.

Então, percebe-se que muito mais importante do que adquirir um livro didático, é saber escolhê-lo por meio de um trabalho pedagógico coletivo, no

qual professores, coordenadores e diretores escolares possam contribuir significativamente na escolha do material que irá colaborar para o objetivo primeiro da escola: a construção e assimilação dos conteúdos sistematizados (MEC/SEF, 2001).

3 Aspectos históricos, políticos e operacionais do livro didático no Brasil

O programa de distribuição de livros e materiais didáticos pelo Ministério da Educação passou por várias fases e sua execução, por diferentes órgãos. As origens da relação Estado/livro didático remontam ao ano de 1938, quando o decreto nº1006 instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático, estabelecendo condições para produção, importação e utilização do livro didático no Brasil. Por esse decreto foram estabelecidos os critérios de impedimentos e exigências para a autorização à edição de livros didáticos com relação à informação e a linguagem (HÖFLING, 2000).

Depois de sete anos, foi estabelecido o Decreto-Lei de nº8460 redimensionou as funções da Comissão Nacional do Livro Didático, centralizando, na esfera federal, o poder de legislar sobre o livro didático. Consolidou-se, pois, a legislação sobre a matéria. O Estado passou, então, a assumir o controle sobre o processo de adoção de livros em todos os estabelecimentos de ensino no território nacional. Gradativamente, tais funções foram se descentralizando, com a criação, em alguns Estados, de Comissões Estaduais do Livro Didático.

Segundo Höfing (2000), a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), criada em outubro de

1967, absorveu os programas desenvolvidos pela extinta Campanha Nacional de Material de Ensino. A Fename tinha como finalidade básica a produção e a distribuição de materiais didáticos às instituições escolares, mas efetivamente, não contava com organização administrativa nem recursos financeiros para desempenhar tal tarefa. Em decorrência dessa situação, em 1970 foi implantado o sistema de co-edição com as editoras nacionais, por intermédio da Portaria Ministerial nº35/70.

Em 1971, foi extinto este sistema de co-edição e surge a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), criada em 1966, que desempenhou as funções de coordenar e executar as atividades do MEC relacionadas ao aperfeiçoamento do livro didático, à sua produção, edição e distribuição (HÖFLING, 2000).

A partir do ano de 1972, o Instituto Nacional do Livro (INL), assumiu a responsabilidade de promover e agilizar, em ação conjunta com as editoras, o programa de co-edição de obras didáticas. Criou-se um programa especial de co-edição, o Programa de Livro Didático (PLID), abrangendo os diferentes níveis de ensino: Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), O Programa do Livro Didático para o Ensino Médio (PLIDEM), o Programa do Livro Didático para o Ensino Superior (PLIDES) e o Programa do Livro Didático para o Ensino Supletivo (PLIDESU).

Até 1975, o Instituto nacional do Livro (INL) teve a responsabilidade de promover, juntamente com as editoras, o programa de co-edição. Um ano

depois, a FENAME sofreu modificações em sua estrutura, por meio do Decreto nº 77.107/76, e a ela delegou-se a responsabilidade de desenvolver as atividades dos programas de co-edição de obras didáticas, o que levou ao aumento da tiragem dos livros e à criação de um mercado seguro para as editoras, decorrente do interesse do governo federal em obter boa parte dessa tiragem para distribuí-la gratuitamente às escolas e às bibliotecas das unidades federadas (OLIVEIRA, 1984).

Com este sistema de co-edição, de censor oficial dos livros didáticos usados nas escolas brasileiras, o Estado assumiu também o papel de grande financiador desses livros.

Em abril de 1983, foi criada a Fundação de Assistência ao estudante (FAE), absorvendo os programas que eram da alçada da FENAME e do INAE, órgãos vinculados ao MEC. No mesmo ano, o Programa do Livro Didático (PLID) foi incorporado à FAE. Em 1984, deu-se fim ao sistema de co-edição, passando o MEC a ser comprador dos livros produzidos pelas editoras participantes do PLID.

A partir de agosto de 1985, por meio de um Decreto-Lei nº91542, o Programa recebeu a denominação de Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), tendo seus objetivos substancialmente ampliados. Desse modo, estabeleceu-se como meta o atendimento de todos os alunos de primeira a oitava série do primeiro grau das escolas públicas federais, estaduais, territoriais, municipais e comunitárias do país, com prioridade para os componentes básicos Comunicação e Expressão e Matemática.

Em 1996 a FAE é extinta, ficando a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – autarquia federal, vinculada ao MEC, criada em 1968- a execução do PNLD, com recursos oriundos principalmente do Salário-Educação (HÖFLING, 2000).

Vale ressaltar que o Programa Nacional do Livro didático (PNLD), tem como objetivos básicos a aquisição e a distribuição, universal e gratuita, de livros para os alunos das escolas públicas do ensino fundamental brasileiro. Além disso, este programa procura assegurar a qualidade dos livros a serem adquiridos, por meio de um processo de avaliação pedagógica das obras nele inscritas. Este processo é coordenado pela Coordenação Geral de Avaliação de Materiais Didáticos e Pedagógicos (COMDIPE) da Secretaria da Educação Fundamental (SEF) do Ministério da Educação (BATISTA, 2003).

4 PNLD: 20 anos de história.

Ao iniciar o desenvolvimento deste capítulo, faz-se necessário explicitar o que se entende aqui por Programa Nacional do Livro Didático. Desse modo, entende-se o PNLD como uma estratégia de apoio à política educacional implementada pelo Estado brasileiro com a perspectiva de suprir uma demanda que adquire caráter obrigatório com a Constituição de 1988: “O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) VII – atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte,

alimentação e assistência à saúde” (art. 208).

Assim, desde sua criação em 1985 sob a iniciativa do Ministério da Educação e Cultura que, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa Nacional do Livro didático (PNLD), busca suprir as escolas públicas com livros gratuitos, tendo como seus objetivos principais: 1) contribuir para a socialização e universalização do ensino, bem como para a melhoria de sua qualidade, por meio da seleção, aquisição e distribuição de livros didáticos para todos os alunos matriculados nas escolas das redes públicas do ensino fundamental de todo o país cadastradas no Censo Escolar; 2) possibilitar a participação ativa e democrática do professor no processo de seleção dos livros didáticos, fornecendo subsídios para uma crítica consciente dos títulos a serem adotados no programa; e 3) promover a crescente melhoria física e pedagógica dos livros, garantindo a sua utilização por três anos consecutivos.

Alguns desses objetivos só foram executados, efetivamente, em meados da década de 90, quando, então, o governo decidiu participar mais diretamente das discussões sobre a qualidade do livro escolar, formando, em 1993, uma comissão de especialistas encarregados de duas tarefas principais: avaliar a qualidade dos livros didáticos mais solicitados pelo Ministério e estabelecer critérios gerais para a avaliação de novos livros.

Com relação à universalização do livro didático, só aos poucos, em 1995, reiniciou-se o atendimento ao ensino fundamental. Nesse período, o

programa passou a contemplar as disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. No período entre 1996-1997, também foram incluídas as disciplinas de Ciências, geografia e História. Também foi nesse período (1996) que as escolas passaram a contar com o Guia de Livros Didáticos de 1ª a 8ª séries, elaborados pelo Ministério da Educação, e através da SEF, FAE e CENPEC, onde se procurava apresentar aos professores um conjunto de resenhas críticas que evidenciavam os problemas e a qualidade dos livros didáticos inscritos no PNLD.

Do Guia, também, passou-se a excluir livros que apresentassem erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo, elevando a qualidade do material didático. Também ocorreu a extinção em 1997 da Fundação de Assistência ao estudante (FAE), transferindo a responsabilidade da política de execução do programa nacional do livro didático para o Fundo de desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa foi ampliado e o MEC passou a adquirir, continuamente, livros didáticos de alfabetização, Língua Portuguesa e matemática, Ciências, estudos Sociais, História e geografia para todos os alunos de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental das redes públicas de ensino do país.

Em 2004 o governo federal estendeu o programa para o ensino médio público do país, por meio do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), como parte das ações governamentais (MEC, 2004).

5 As diretrizes do MEC para a escolha do livro didático em geral: direcionamentos pedagógicos

O Guia de Livros Didáticos do PNLD do ano de 2008 e o Catálogo de livros Didáticos orientam os professores com relação ao momento da escolha, aconselhando que estes devem, antes de realizar a escolha do livro didático, se organizar em grupos para planejar a leitura e discussão do Guia. O próprio MEC sinaliza que os horários desses encontros podem ser flexibilizados de acordo com os dias e horários mais adequados, recorrendo-se aos esquemas e cronogramas já previstos pela escola para planejamento e discussão pedagógica (MEC, 2007).

Justificando a importância desse encontro, o Ministério da Educação indica que o professor e seus pares precisam discutir os procedimentos de análise, ponderando a respeito do tipo de aluno que possuem, do projeto de escola que desenvolvem e do planejamento de cada um; pois, segundo uma das regras do PNLD, a escolha é válida por três anos, ou seja, os livros ou coleções escolhidas, em primeira ou segunda opção, só poderão ser substituídos no próximo PNLD. Portanto, segundo o MEC (2008), é preciso que as equipes em cada escola discutam exaustivamente, decidam em conjunto e não se esqueçam de que este processo é, antes de tudo, uma escolha para toda a escola. Entendendo que os livros e coleções escolhidas serão utilizadas por outros professores e alunos durante três anos posteriores a escolha do material didático. Daí a importância desse encontro para a

escolha das melhores obras, garantindo a realização do objetivo do PNLD.

Ainda segundo o MEC (2008), algumas outras reflexões devem ser feitas antes da escolha. Tais como:

- Verificar se tal obra estimula a leitura, alimenta e orienta a curiosidade de alunos e professores;
- Examinar se as referidas obras consideram em sua proposta pedagógica as teorias mais recentes da aprendizagem;
- Averiguar se a seleção dos conteúdos é adequada; e se a sequência com que são apresentados obedece à progressão da aprendizagem planejada pela escola;
- Investigar se o conjunto de conteúdos e o tratamento didático dado a eles são adequados para os alunos e se estão de acordo com a proposta curricular da escola;
- Pesquisar se a linguagem é clara e precisa;
- Analisar se o texto das explicações é acessível aos alunos; se as atividades se preocupam em ajudar o aluno a entender o texto das lições;
- Ponderar se o livro do professor contribui o suficiente para um melhor uso do material;
- Avaliar se o livro rompe com a forma tradicional de transmissão de conhecimento;
- Observar se o livro procura desenvolver nos alunos capacidades e competências;
- Analisar se consolida os conhecimentos práticos e teóricos já adquiridos pelo educando;
- Verificar se têm informações científicas atualizadas;

- Avaliar se ajuda nos desenvolvimento das aulas e na avaliação dos conhecimentos práticos e teóricos adquiridos e se a escola disponibiliza dos recursos solicitados no livro para a execução das atividades propostas são algumas indagações que devem permear a reflexão realizada pelo conjunto da escola antes de decidir por qual obra ou coleção.

Para o Ministério da Educação, depois dessa primeira reflexão, os professores terão uma visão mais clara de suas necessidades e exigências, e poderão ler as resenhas do Guia com mais conhecimento de causa.

Vale salientar que o professor tem duas formas de escolha os livros: a primeira delas é a internet. De posse da senha previamente enviada pelo FNDE às escolas, os professores fazem a escolha “on-line” em aplicativos específicos para esse fim, disponível na página eletrônica do FNDE. A segunda alternativa é pelo formulário impresso, remetido pelos correios, onde o FNDE envia às escolas cadastradas no censo escolar, junto com o guia do Livro Didático, um formulário de escolha que deve ser usado pelos docentes para identificação das obras desejadas.

6 As discussões teóricas sobre o processo de escolha do livro e sua importância no processo de ensino-aprendizagem.

Os livros têm como papel principal divulgar informações aos que procuram aperfeiçoá-la ao longo do tempo, ou seja, mediar dentro de uma sala de aula o conhecimento adquirido pelos professores. No entanto, Segundo Silvestre (2007), ele sozinho não conseguiria transmitir ao aluno o

“aprender a aprender”, fazendo-se necessário o uso de elementos de aprendizagem dentre os quais se destaca o livro didático.

É importante frisar que alguns estudos têm sido desenvolvidos no Brasil sobre a importância do Programa Nacional do livro Didático - PNLD e sobre o seu pilar de sustentação, que é o processo de escolha dos títulos apresentados pelo programa, onde professores, gestores e coordenadores pedagógicos de todo o país participam. Nessa perspectiva, os diversos estudiosos (FREITAG, MOTTA & COSTA, 1989; OLIVEIRA & SOUZA, 2000) têm apontado caminhos e políticas para o melhoramento do programa e dos livros didáticos, trazendo para o cenário educacional a discussão sobre a importância dessas obras para a educação nacional.

Lajolo (1996) é enfática ao ressaltar a importância do livro didático, quando afirma:

A importância do livro didático aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina (p.04).

Da mesma forma Oliveira, Guimarães e Bomény (1994) reiteram:

O livro como material didático, na atualidade, é mais do que uma mera ferramenta de trabalho do professor. Com a evolução que teve, ocupa um papel de realce como veículo de conhecimento dos professores, instrumentos indispensáveis e insubstituíveis no desenvolvimento das

aulas e está para o aluno como prolongamento da ação do professor (p.27).

É importante frisar que desde 1996, como grande incentivador desses estudos sobre a qualidade do livro didático e de sua utilização, o Ministério da Educação- MEC desenvolve, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem como objetivos a avaliação e a distribuição do livro didático entre as escolas da rede pública de ensino. Esse programa, como outros já desenvolvidos pelo citado Ministério é responsável pela política nacional do livro didático que procura assegurar uma boa escolha do professor e um bom uso pelo aluno (MEC, 2003).

Lajolo (1996) enfatizando essa necessidade do poder público assumir responsabilidades com relação ao livro didático, afirma:

Por desfrutar de importância nas escolas brasileiras, o livro didático precisa estar incluído nas políticas educacionais com que o poder público cumpre sua parte na garantia de educação de qualidade para todos (p. 04).

E, ainda com relação à importância dos programas de avaliação, afirma:

Implantado por oportuna iniciativa ministerial em 1996, o processo de avaliação do livro didático pode vir a ser progressivamente assumindo por outras e variadas instâncias: associações profissionais do magistério, organizações que congregam pais de alunos e diferentes sociedades científicas, entre outras, podem, articuladamente, com o tempo e com

vantagens, assumir a tarefa, que também precisa contar com a participação intensa da universidade e das instituições de pesquisa (LAJOLO, 1996, p.09).

Em outras palavras, a sociedade em todos os seus setores organizados pode intervir com reflexões que levem a melhoria do programa, e consequentemente, do livro didático utilizados pelos alunos da rede pública de ensino. Essa colaboração não pode e nem deve ficar restrita ao poder público.

Segundo Sano (2002), os resultados das ações governamentais, por meio do PNLD, têm atingido alguns indicadores positivos. Para ele, um exemplo claro desses indicadores é a renovação no mercado editorial tanto de títulos quanto de autores, ou seja, novas idéias e novas abordagens. Ele também aponta para a revolução que acontece na direção de movimento que o mercado de livros didáticos tomou:

Se antes os lançamentos e as novidades eram reservados as escolas particulares (leia-se enorme maioria), hoje eles estão reservados aos alunos das escolas públicas. A maioria de nossas crianças recebe hoje em primeira mão, os lançamentos e inovações dos livros didáticos lançados (p.02).

Para Batista (2003), uma grande contribuição do PNLD foi o processo de transparência e a ampliação da participação de todos os seguimentos interessados em participar do processo de escolha do livro didático.

Semelhantemente a Batista, para Silvestre (2007), no Brasil, o livro didático é um dos principais meios dos professores iniciarem alguma idéia do que seja a matéria. Daí, segundo ele,

haver uma grande gama de livros didáticos desta área do conhecimento no mercado. O que vem despertando na classe docente a grande responsabilidade de além de mediar o assunto também escolher o livro a ser utilizado na sala de aula, para um melhor rendimento dos alunos.

Na mesma direção, o MEC (2007) afirma que se o processo de escolha for democraticamente conduzido, ou seja, se garantir a participação efetiva de todos na discussão e na tomada de decisão, os benefícios dessa aparente limitação serão muitos. Isto, porque, segundo o MEC (2007), as discussões que levam cada professor a preferir esta ou aquela obra contribuem para a formação continuada de todos, na medida em que produz, passo a passo, os critérios e os argumentos em torno dos quais os consensos podem se estabelecer. Outro benefício, é que o uso de um único livro por uma mesma disciplina é uma referência importante para a organização prática do trabalho didático-pedagógico. Em outras palavras, pode-se dizer que o livro didático estimula a leitura de outros, alimenta e orienta a curiosidade do professor e de seus alunos.

Segundo Carneiro e Mól (2005), o momento de avaliação do livro didático, ou seja, do estudo desse recurso didático pelos professores é altamente formador, pois eles, na sua maioria, têm a ilusão de que já conhecem o livro didático - LD, visto que os manipulam desde o início da sua escolaridade. Para eles, colocar em evidência sua organização interna, reconhecer as prováveis funções das imagens, identificar os códigos de leitura que os leitores mobilizam

durante o processo de aprendizagem são, entre outras, atividades que levam o futuro professor a se questionar sobre o papel que o LD desempenha e, assim, avaliar as suas próprias representações a respeito desse material curricular.

7 Resultados

7.1 O processo de escolha do livro didático: um olhar sob as lentes dos professores que ministram aulas de Matemática no ensino fundamental II

É impossível, ao se estudar o processo de escolha do livro didático, deixar um dos autores desse processo excluído. Por isto, resolveu-se investigar também a escolha do livro na visão dos docentes para que o estudo pudesse ter consistência e coerência metodológica. Visto que seria impossível delinear este processo sem capturar a visão daqueles que são a peça-chave do processo. Desse modo, em um primeiro momento, procurou-se identificar a formação dos professores polivalentes que atuam no ensino da Matemática nas escolas escolhidas para participar do estudo.

Assim, com relação à formação, 80% dos professores revelaram que possuíam o ensino superior completo em Licenciatura Plena em Matemática e 20% afirmaram que tinham o ensino superior incompleto.

Para Gauche (2007) já existem muitos problemas na formação do licenciado decorrentes do modelo curricular dominante apendicular ao bacharelado. Para ele, o profissional que atual na sala de aula na função docente necessitará superar os conteúdos específicos, trabalhando os

conteúdos psicopedagógicos numa perspectiva multidisciplinar. Em outras palavras, a falta de formação adequada do professor na sala de aula representa um retrocesso na melhoria do ensino de Matemática nas escolas públicas.

Também ao serem indagados sobre os critérios que nortearam a escolha do livro didático, os professores disseram que utilizaram 04 (quatro) critérios:

a) As atividades propostas no livro didático. Como na fala de um dos docentes:

“Eu procuro, com muita calma, verificar as atividades que os autores do livro propõem, porque isso é muito importante para a fixação do conteúdo pelo aluno.”

b) A disposição dos conteúdos. Como na declaração do docente:

“Bem, eu vejo em primeiro plano como os conteúdos vem dispostos.”

c) A qualidade gráfica do livro didático. Como na afirmação do professor:

“Eu verifico a qualidade do papel, porque o livro será usado por três anos pelo aluno. Também vejo a qualidade das imagens, as cores, porque tudo isso é atrativo para o aluno.”

d) A contextualização dos conteúdos. Como exemplificada na fala do professor:

“Primeira coisa que eu analiso é se o livro respeita o contexto social-econômico e cultural. Depois eu vejo outras coisas.”

O depoimento dos professores reforça a idéia defendida por Soares (2001), quando afirma que é necessário envolver os professores em uma reflexão a respeito dos critérios de escolhas dos livros. O professor precisa se indagar sobre que critérios de

escolha são tomados como referência, de onde surgem e se refletem que necessidades, particularidades e interesses.

Soares (2001) também reconhece que esta seleção requer do professor determinados saberes e competência. Segundo ela, esta falta de conhecimento sobre os critérios para a escolha do livro didático ocorre por muitos fatores ligados à formação do professor. Então, conclui que tão importante quanto investir na melhoria do livro é investir na formação (preparação) do professor para a realização dessa atividade. Dessa forma, segundo ela, o professor irá ter clareza e consciência dos critérios que deverão nortear a escolha do livro didático.

Também ao serem perguntados sobre a existência de um tempo específico para a escolha do livro didático, 90% dos professores afirmaram que a escola não tinha um tempo específico para a realização dessa ação. No entanto, apenas 10% afirmaram positivamente para a existência desse momento.

Segundo o depoimento dos professores, a escola não tem garantido um tempo específico para a escolha do livro didático. Contrariando as recomendações do Guia de Livro didático do ano de 2010, quando aconselha que as unidades escolares da rede pública de ensino definam um tempo para a realização desse processo de escolha. Visto que escolhas aligeiradas e sem as devidas reflexões podem vir a comprometer o processo de ensino-aprendizagem.

8 Considerações finais

Para finalizar este trabalho, resgatar-se-á os objetivos que nortearam esta

pesquisa: Investigar como ocorre o processo de escolha do livro didático de Matemática nas escolas de ensino fundamental II do Estado do Amapá na cidade de Macapá, como questão geral. E como questões periféricas, procurou-se saber os critérios utilizados pelos professores de matemática na escolha do livro didático e a existência de um tempo institucionalizado para o momento da escolha desse recurso didático. Assim, procurou-se responder a seguinte pergunta: como ocorre o processo de escolha de livros didáticos de Matemática nas escolas de ensino fundamental II do Estado do Amapá na cidade de Macapá?

Foi em busca de responder esta pergunta, que partiu-se da hipótese que o processo de escolha do livro didático no ensino fundamental tem ocorrido, no interior da escola, de forma desorganizada, individual, apressada e inconsciente diante das obras disponibilizadas no Guia de Livro Didático.

Também, partia-se da crença de que, os professores de Matemática das escolas municipais que atuam no ensino fundamental II, faziam as análises e as escolhas, mas sem utilizar-se de critérios bem definidos, como ler as resenhas, discuti-las e compará-las com os outros professores da área. Na maioria das vezes, realizando a escolha do livro didático de forma aligeirada, ou seja, passando os olhos rapidamente em algumas obras enviadas pelas editoras.

Do mesmo modo, acreditava-se que a maioria desses indivíduos desconheciam as diretrizes estabelecidas pelo o Ministério da Educação, visto que as escolas não

tinham um tempo institucional estabelecido para apreciação do Guia Nacional de livros didáticos e para escolha das obras na escola, impossibilitando uma escolha o mais próximo do desejável pelo o Programa Nacional do Livro didático.

Apesar de reconhecer as limitações desse trabalho, apontam-se, aqui, algumas deficiências na escolha do livro didático de Matemática, visto que esta tecnologia só poderá colaborar com a formação de sujeitos críticos-reflexivos, quando os professores de Matemática participarem ativamente de um processo contínuo de formação com relação a todas as diretrizes do MEC para a escolha dessa tecnologia.

Desse modo, chega-se à conclusão que não basta apenas garantir que os professores da disciplina escolham o livro, cumprindo os prazos estabelecidos pelo MEC. Nesse processo de escolha é necessário que, antes de qualquer ação ou política para garantir o livro didático para os alunos do ensino fundamental II da rede pública de ensino, garanta-se políticas de formação contínua sobre as diretrizes da escolha do livro para os professores de Matemática, objetivando melhorar qualitativamente o processo de ensino-aprendizagem.

Garantir a materialidade, a presença do livro didático nas escolas, necessariamente não garante que estes venham a contribuir com o processo de ensino-aprendizagem e tão pouco com a formação dos cidadãos que se espera que sejam formados nas escolas públicas do país. O professor precisa está consciente dos ganhos e perdas que uma escolha pode trazer para a sua ação educativa. Desse modo, cada um dos

professores de Matemática precisam ter conhecimento de todo o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): sua história, importância, suas políticas e diretrizes para a escolha do livro didático.

No entanto, neste artigo, não se pretende dissecar as questões acima, apenas considerá-las como parte dos achados que, espera-se, possam provocar novos estudos. Portanto, o aqui descrito e interpretado está aberto a novas descrições e interpretações, novos caminhos e esclarecimentos.

Referências

- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **A Avaliação dos Livros Didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. In ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (Org's). **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- Brasil. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008: apresentação**. Brasília: MEC, 2007.
- CARNEIRO, Maria Helena da Silva; MÓL, Gerson de Souza. **Livro Didático Inovador e Professores: uma tensão a ser vencida**. Ensaio. Brasília: UnB, v.07, n.2, 2005.
- FREITAG, B.; MOTTA, V.R. & COSTA, W.F.. **O livro Didático em Questão**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GÉRARD, François-Marie; e ROEGERS, Xavier. **Conceber e avaliar manuais escolares**. Porto: Porto Editora, 1998.
- HÖFLING, E.M. **Notas para a discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o**

Programa Nacional do Livro Didático. Educação e Sociedade, v.21, nº 70, 2000.

LAJOLO, M. **Livro Didático: um (quase) manual de usuário.** In: Em Aberto, ano 16, n. 69, Jan/Mar, 1996.

MEC. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2004: apresentação.** Brasília: MEC, 2003.

OLIVEIRA, C.R.G.A. & SOUZA, R.F. **As faces do livro de leitura.** Cadernos CEDES, v.20, nº 52, 2000.

OLIVEIRA, J.B.A.; GUIMARÃES, S.D.P. & BOMÉNY, H.M.B. **A Política do Livro Didático.** Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1984.

ROMANATTO, M.C. **O livro didático: alcances e limites.** Disponível em: www.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas_redondas/mr19-Mauro.doc Acesso em: 14 Dez. 2009.

ROJO, Roxane. **Materiais didáticos: escolha e uso.** 2000. Disponível em: <http://tbrasil.org.br/foto/salto/series/151007Mat> Acesso em 12 de jul. 2011.

SILVESTRE, R. G. et al. **As Pesquisas sobre Livros Didáticos de Química Disseminadas em Revistas Científicas Nacionais.** Disponível em: www.annq.org/congresso2007/trabalhos_apresentados/T92.pdf Acesso em: 22 nov. 2008.

SOARES, M. B. **Livro didático: Uma história mal contada.** *Fazendo Escola.* Editora Moderna, 2001. Disponível em: <http://www.moderna.com.br/escola/professor/arto2> Acesso em 10 de jul. 2011.

Artigo recebido em 06 de outubro de 2010.
Aceito em 18 de julho de 2011.